

Demitido por Nísia apontou irregularidades em hospitais

Nota técnica embasou 'intervenção' da Saúde ao relatar sobrepreços e outras suspeitas em compras da rede federal

CAIO SARTORI
publico@globo.com.br

À frente do Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), órgão que supervisiona os seis hospitais federais do Rio, o médico Alexandre Telles, demitido pela ministra Nísia Trindade, coordenou em setembro do ano passado uma nota técnica que identificou uma série de irregularidades na rede. O documento serviu de base para o Ministério da Saúde intervir diante da situação precária dos hospitais, o que gerou reação de setores do PT do estado.

A nota técnica, a que o GLOBO teve acesso, aponta a "tarefa desafiadora" que tem sido administrar a rede federal depois de "anos de descasos administrativos e gerenciais, estruturas prediais sucateadas e em péssimo estado de manutenção".

A equipe de Telles elencou suspeitas na contratação de serviços essenciais para o funcionamento dos hospitais, como superfaturamento, preços acima do praticado na administração pública e no mercado, e em péssimo estado de manutenção.



Tela: A ministra Nísia Trindade mudou em hospitais no Rio

a competitividade. O documento enumera suspeitas semelhantes em aquisições de insumos hospitalares e de medicamentos, locação de equipamentos e contratos de obras e reformas prediais. A ineficiência, o superfaturamento e os indícios de irregularidades envolvendo o dinheiro público norleiam todos os tópicos da nota.

Em relação à aquisição de insumos, foram detectadas compras incompatíveis com as unidades federais e não registradas no sistema, além de materiais com prazo de validade vencido. As locações de equipamentos, por sua vez, tiveram indícios de direcionamento de preço eletrônico e de sobrepreço. Já no tópico de obras e reformas prediais, o DGH monitorou serviços duplicados e casos de antecipação de pagamento para serviços não executados.

RECOMENDAÇÃO

"Assim sendo, propomos a centralização de compras das unidades federais no Departamento de Gestão Hospitalar, como forma de mitigar os problemas citados acima, pois visa reduzir o custo processual, estimular a transparência nos processos, privilegiar o planejamento e racionalizar o mercado a se adaptar às necessidades dos Órgãos Públicos", conclui o relatório.

No embasamento



Faltas na gestão. Equipamentos hospitalares sem uso em uma das federais

PRINCIPAIS PROBLEMAS APONTADOS

Contratos de serviços

O relatório aponta, entre outros pontos, a contratação de serviços com preços acima do praticado na administração pública e no mercado, além de licitações com exigências que impedem a competitividade e pagamentos sem prazo de validade vencido e prestação dos serviços.

Locação de equipamentos

O documento aponta superfaturamento na contratação para locação de equipamentos, além de ausência de competitividade nos editais e indícios de direcionamento de preço eletrônico. Também relata sobrepreço e estimativa exagerada para a compra de máquinas.

Aquisição de insumos

Foram identificadas compras incompatíveis com as unidades de saúde e aquisição de medicamentos também com preços acima dos praticados no serviço público. Outros pontos são o estoque de insumos com prazo de validade vencido e compras não registradas no sistema.

Obras e reformas prediais

Serviços duplicados, sobrepreço e cláusulas que inibem competitividade nos contratos são citados no relatório. Há ainda casos de antecipação de pagamento para serviços não prestados e pagamentos incompatíveis com o cronograma da obra.

Em reunião, pedido de entregas rápidas nas unidades

> O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a se reunir ontem com a ministra da Saúde, Nísia Trindade. O encontro, em que foi abordada a situação dos hospitais federais do Rio, foi marcado por cobranças do petista.

> Segundo participantes da reunião, o presidente voltou a pedir melhoras na comunicação da pasta e mais viagens da titular pelo país. Nísia também

foi cobrada por entregas rápidas no envio de materiais para as unidades hospitalares.

> Foi ainda discutida a possibilidade de decretar estado de calamidade pública nos hospitais. A alternativa, contudo, ainda está em estudo. Lula também aproveitou o encontro para conhecer melhor o secretário-geral da pasta, Karolyni Bandeira.



Sem manutenção. Reg. ortagem da TV Globo registra condições precárias



Emergência. Hospitais do Rio têm obras paradas e riscos na rede elétrica

jurídico da demanda pela centralização, o DGH explicou que a nova Lei de Licitações recomenda esse método. O ministério, então, concordou e decidiu elaborar uma portaria, publicada em fevereiro deste ano, que transfere dezenas de cargos e funções para o departamento.

Na prática, como mostrou o GLOBO na semana passada, a medida faz cada unidade perder o poder de efetuar compras avulsas, e Nísia passou a sofrer pressão política para derrubar a medida, inclusive de setores do PT.

Apesar de ter concordado em adiar a implementação das mudanças, antes previstas para 14 de março, a ministra deixou a apostrofação de centralização defendido pelo DGH e estabeleceu a criação de um comitê para coordenar de forma mais ampla as alterações nos hospitais.

Na segunda-feira, um dia depois de uma reportagem do Fantástico, da TV Globo, mostrar a situação precária das unidades, Telles foi demitido, a despeito de ser até então uma figura-chave no processo de intervenção. Antes mesmo da nota técnica, o DGH havia produzido no ano passado um relatório de 236 páginas no qual também expunha as más condições dos hospitais. Os dois levanta-

mentos constataram a deterioração da rede e apresentavam soluções ao ministério.

A reportagem da TV Globo exibiu imagens de leitos equipados em salas trancadas, materiais médicos vencidos e prédios de hospitais federais do Rio sem manutenção básica de segurança. Foram flagrados aparelhos médicos quebrados e caixas de materiais vencidos ou danificados, como utensílios cirúrgicos e próteses ortopédicas, cujo valor passa dos R\$ 20 milhões.

COBRANÇAS E AFAGO

A demissão de Telles ocorreu após a reunião ministerial no Palácio do Planalto na segunda-feira. A ministra foi cobrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela gestão dos hospitais e por outros gargalos da pasta. Nísia relatou que se sente alvo de pressão e que fazia a sua fala em tom de desabafo. Ao citar os hospitais, a ministra disse ter dificuldade para encontrar nomes para o comando das unidades e disse que desagrudou ao PT ao fazer mudanças nos postos. Também ressaltou a criação de um comitê no ministério para centralizar as ações sobre as unidades de saúde. Apesar das cobranças, Lula enfatizou que a titular da Saúde não sairia do cargo por pressão externa.

Nova diretora é ex-deputada e foi presa por boca de urna

Filiada ao PT, Cida Diogo foi nomeada por Nísia para comandar gestão dos hospitais federais do Rio em meio à pressão do partido

Escolhida pela ministra Nísia Trindade para chefiar o Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), responsável pelos hospitais federais do Rio, a médica Maria Aparecida Braga, mais conhecida como Cida Diogo, é ex-deputada federal pelo PT e chegou a ser presa em Volta Redonda, no Sul Fluminense, sob acusação de praticar boca de urna durante as eleições de 2010. Na época, Cida tentou, sem sucesso, uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio.

A médica exerceu o cargo de deputada federal entre 2007 e 2010. Também foi deputada estadual por dois mandatos, de 1999 a 2007, e vice-prefeita de Volta Redonda, cidade onde nasceu e construiu carreira política.

Durante o mandato em Brasília, Cida protagonizou um embate com ex-deputado Clodovil, morto em 2009.

Numa sessão de 2007, a parlamentar fluminense chegou chorando a Mesa Diretora e acusou o colega de dizer que ela era "muito feia". Clodovil negou a acusação.

Antes de ser nomeada para o DGH, a ex-deputada estava à frente da superintendência do ministério no Rio. Na prática, com sua escolha para o posto, o PT reforça sua influência sobre os hospitais federais, para os quais deputados do partido fizeram nomeações.

PEDIDO DE MUDANÇA

Ex-chefe do DGH, o médico Alexandre Telles foi nomeado anteriormente, assim como o secretário nacional de Atenção Especializada à Saúde, Helvécio Magalhães. Telles havia auxiliado o ministério na elaboração da portaria que impôs mudanças no funcionamento da rede, como a centralização de compras.



Nova direção. Cida Diogo, ex-deputada federal pelo PT, foi escolhida para chefiar o Departamento de Gestão Hospitalar (DGH)

Como o GLOBO mostrou na última semana, setores sindicais e do PT do Rio de Janeiro vinham pedindo sua saída do posto.

Após a exoneração do titular do DGH, o diretório estadual do PT do Rio publicou ontem uma nota em que defende as "ações enérgicas"

cas" de Nísia para reestruturar as unidades. "Conhecemos sua trajetória, sobretudo presidindo a Fiocruz nos momentos mais difíceis do país durante a pandemia de Covid-19, e o quanto a Fiocruz contribuiu para a ciência, a Saúde pública e a democracia", diz o texto divul-

gado pelo partido.

A legenda também diz acreditar na "capacidade de gestão", "formação técnica, comprometimento e defesa do SUS" por parte da ministra para "proporcionar ao povo fluminense um atendimento equânime, integral e de qualidade, conforme orien-

tado pelo presidente Lula." O posicionamento fala ainda em "reconstruir o país e as políticas públicas devastadas pelos governos Temer e Bolsonaro".

SINAL DE INGERÊNCIA

A demissão de Telles fez com que defensores do médico considerassem a escolha por Cida mais um sinal da ingerência política do PT do Rio sobre as unidades de Saúde.

Cida chegou a receber para uma conversa, na semana passada, representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro (Sindprev-RJ), que reivindicavam a troca na chefia do departamento.

"A mudança ocorre diante da necessidade de transformação na gestão do DGH. Na última sexta-feira, foi criado um comitê gestor a fim de orientar e praticar atos de gestão relativos aos hospitais federais", afirmou o ministério, em nota, sobre a demissão de Telles. (Caio Sartori)